

As enganosas alternativas na economia

A controvérsia em torno da redução prioritária — despesas públicas ou taxa de juros —, que começo a causar inquietação, por entravar as decisões no terreno da economia, mostra quanto é errado deixar tais decisões sob forma de alternativa. Quanto a isso, em razão do seu respeito à democracia, o ministro Francisco Dornelles cometeu um erro ao apresentar aos deputados alternativa para a crise nacional, pois, na verdade, algumas das supostas opções não poderiam, de modo nenhum, ser consideradas como tais, enquanto outras teriam de ser adotadas simultaneamente. Talvez se encontrem nessa tomada de posição as raízes da crise atual.

Admitir que a emissão monetária constitui uma alternativa para se cobrir o déficit do setor público, e embora não tenha deixado dúvidas quanto à nocividade dos efeitos dessa solução, o ministro da Fazenda criou oportunidade para um insurgimento contra a chãmada política monetarista. Hoje, vê-se claramente que, na controvérsia acerca de juros ou despesas, o que se

procura, entre aqueles que afirmam ser primordial reduzir os juros, é fazer aceitar o financiamento do déficit pelas emissões monetárias. A tese é muito simples: refreando-se a expansão monetária, provoca-se um aumento da taxa de juros, e, como o déficit se origina principalmente do pagamento de juros, aumenta-se o déficit público. Não se admite tampouco a idéia de cobrir o déficit por emissões de títulos da dívida pública, que têm o mesmo efeito sobre as taxas de juros.

O raciocínio não resiste a exame sério no contexto nacional, pois não leva em conta o vigente regime de indexação. A emissão monetária fomenta a inflação, que exerce efeito multiplicador, com a correção monetária dos ativos monetários. Como os juros são calculados sobre o valor corrigido, os gastos com juros, a despeito da artificial redução destes últimos, continuam aumentando. Aliás, com o quadro de inflação crescente, é impossível evitar a elevação das taxas de juros, visto que os investidores procuram assegurar-se

certa margem, na expectativa de uma eventual política de desindexação.

É preciso alertar a opinião pública para a ofensiva contra os "monetaristas", pois, advogando-se em favor de uma expansão monetária maior, criam-se condições para uma inflação explosiva, à qual o sistema econômico talvez não possa resistir. A cobertura do déficit público mediante emissões monetárias não constitui alternativa: urge repudiar solução tão simplista, que, se fosse eficaz, teria sido naturalmente adotada por todos os governos.

Usando-se a palavra "alternativa", dá-se a impressão de que as soluções propostas se excluem mutuamente. É outro equívoco, sobre o qual labora a famigerada controvérsia. Com efeito, a questão não é saber se se deve cuidar de baixar os juros ou de reduzir o déficit. É necessário procurar fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Aliás, é dessa conjugação de esforços que deve resultar a eficácia da política econômica. Urge procurar reduzir as taxas de juros por todos os meios que se acham ao

alcance das autoridades monetárias. Se, realmente, com a isenção do IOF, se pode conseguir uma redução dos juros, deve-se adotar essa medida, que será útil para diminuir o déficit público. O Banco Central deve procurar restringir ao máximo a remuneração de seus títulos. Mas temos de convir em que, havendo firme vontade, por parte do governo, de reduzir seus gastos e, em consequência, o déficit, será mais fácil convencer os aplicadores a aceitar uma taxa de juros menor, uma vez que a lei de oferta e procura atuará no sentido de reduzir a procura e aumentar a oferta.

O presidente da República, que parece indeciso a ponto de precisar multiplicar o número de seus assessores e conselheiros, tem de convencer-se de que a economia não é uma ciência tão misteriosa como os economistas querem fazer crer. É uma ciência fundada no bom senso, que ensina não ser possível gastar mais do que se tem — a menos que se queira sofrer as graves consequências disso.

13 JUN 1985

ESTACO DE SÃO PAULO